O PROGRAMA MULHERES MIL E SUA PROPOSTA DE INCLUSÃO PRODUTIVA E EDUCACIONAL DE MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

Patrícia Damasceno¹
Programa de Pós-graduação Avaliação de Políticas Públicas da
Universidade Federal do Ceará – MAPP/UFC.

RESUMO

Apresente pesquisa propõe-se a discutir o Programa Mulheres Mil, enquanto política pública, como articulador para a inserção de mulheres no mercado de trabalho, estímulo à educação formal e inclusão social a partir das proposições marxianas da politecnicidade, unilateralidade e práxis como categoria de análise.

Palavra-chave: Trabalho. Educação. Práxis.

ABSTRACT

This research proposes to discuss the Women Thousand Program, as a public policy, as articulator for the inclusion of women in the labor market, stimulating formal education and social inclusion from the Marxian propositions the polytechnic, unilateralidade and practice as an analytical category.

Keyword: Work. Education. Praxis.

INTRODUÇÃO

Neste artigo empreende-se uma discussão sobre inclusão produtiva e educacional como objetivos do Programa Mulheres Mil a partir das proposições marxianas da politecnicidade, unilateralidade e práxis como categoria de análise.

O Programa Mulheres Mil está inserido no contexto de um conjunto de políticas sociais que visam à qualificação para o trabalho. Assim, para melhor compreender o contexto no qual está inserido, faz-se necessário entender como, no capitalismo, as políticas sociais

¹ Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP/UFC. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais. Pedagoga e atua como Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Timon.

foram se reconfigurando e, dentro delas, a Educação que têm acompanhado as várias mudanças econômicas, políticas e sociais, que se processam no âmbito do capitalismo monopolista e que dão a direção necessária para a existência de um sistema educacional que serve tanto ao capital em seu processo de produção e reprodução, quanto ao atendimento de demandas oriundas da sociedade, numa relação de proximidade com o mundo do Trabalho.

O que se nota, de forma geral, é que a política da educação no Brasil esteve direcionada para atender aos ajustes do mercado de trabalho, ou seja, às necessidades de formação profissional para o mercado. Essa questão é visualizada desde o início do processo de industrialização, com o surgimento das escolas de artífices, com a criação do SESI, SENAI, SESC, SENAC e, posteriormente com os Institutos Federais.

Segundo Neves (2005, p. 16)

Na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, vê-se que estas acabam reforçando a ideia da escola como espaço de reprodução da ordem vigente e de adaptação às modificações que ocorrem no mundo de produção capitalista.

As ideias neoliberais e a pressão dos organismos internacionais são elementos importantes, na atualidade e na configuração do capitalismo no âmbito mundial, pois influenciam diretamente nas políticas sociais. A divisão internacional do trabalho, as novas exigências oriundas da competitividade mundial, a reestruturação e organização da produção, vão repercutir nas políticas da educação. Se desde o início do processo de industrialização os procedimentos educativos tinham como foco atender às exigências industriais, na atualidade, essas exigências se ampliam diante do novo cenário mundial.

Segundo Alves (2014), com o avanço do neoliberalismo os sistemas nacionais de proteção social passaram a ter papel central com a criação de programas destinados a um público específico pautado no ideário neoliberal de que o Estado é mínimo, ou seja, atendendo emergencialmente apenas os setores mais pobres da sociedade.

O período de 2003-2010 é caracterizado como o princípio do neodesenvolvimentismo no Brasil, o que define como um novo projeto capitalista de desenvolvimento alternativo às políticas neoliberais de 1990. Esse novo projeto de desenvolvimento capitalista, segundo o autor, busca construir um novo patamar de acumulação de capital que permita, ao mesmo

tempo, redistribuir a renda, ampliar o mercado de consumo e instaurar suportes sociais mínimos de existência para os extratos da classe trabalhadora com o menor rendimento. No desenvolvimentismo é produzida a ilusão do desenvolvimento como realização das necessidades humanas das massas marginalizadas. Entretanto o que ocorre é “a vigência do imperativo abstrato da realização do capital, que não consegue, por conta das condições de sua crise estrutural, realizar efetivamente a construção de sistemas universais de bem-estar social para o mundo do trabalho”. (ALVES, 2014, p. 141).

Nesse contexto, programas governamentais são desenvolvidos, objetivando a atender essas cobranças e à lógica da capacitação para o trabalho. Destaca-se o Programa Mulheres Mil objeto de estudo, enquanto ação de caráter educacional que tem como meta contribuir para a formação profissional e tecnológica das mulheres pobres, promovendo a igualdade entre os sexos e autonomia desta. (BRASIL, 20011).

Desse modo, o presente artigo buscará refletir sobre a inclusão social e produtiva da mulher proposta no Programa Mulheres Mil, enquanto uma ação instituída no campo da educação, regulamentada em cenário de ênfase nas políticas públicas, econômicas e sociais, demarcadas por uma conjuntura política brasileira de ensaio novo desenvolvimentista. Questionamos se os cursos oferecidos às beneficiárias referem-se a uma possibilidade de emancipação humana ou concorrem para reforçar o tradicional papel ocupado pelas mulheres no mundo do trabalho.

Logo, para se pensar elementos de análise sobre o Trabalho e a Educação empreendemos uma discussão sobre a politecnia, a onilateralidade e práxis na proposição marxiana.

1. O PROGRAMA MULHERES MIL

O governo federal criou, por meio do Decreto n. 7.492, de 2 de junho de 2011 (BRASIL, 2011a), o Plano Brasil sem Miséria (BSM), constituído por diversas estratégias voltadas ao atendimento dos extratos inferiores da classe trabalhadora. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o BSM possui o objetivo de superar a extrema pobreza e está organizado em três eixos:

[...] um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades (BRASIL, 2014c).

O Programa Mulheres Mil (BRASIL, 2011b) é citado como uma das ações que constitui o eixo “inclusão produtiva” do Plano Brasil Sem Miséria com foco nas mulheres (BRASIL, 2014 d), porém, o programa articula-se também com os eixos “garantia de renda” e “acesso a serviços públicos”.

Portanto, para refletir sobre a finalidade do Programa, é necessário problematizar a concepção de inclusão e vulnerabilidade social. A questão é se tais concepções referem-se a uma possibilidade de emancipação humana ou concorrem para reforçar o tradicional papel ocupado pelas mulheres no âmbito da divisão social do trabalho.

Em termos de definição, a exclusão social se apresenta como uma situação de privação coletiva de uma parcela significativa da população, no acesso a uma cidadania plena. Para Melo (2005), a exclusão aparece menos como um estado de carência do que como uma trajetória ao longo da qual à insuficiência de renda e falta de recursos diversos somam-se as desvantagens acumuladas pelas pessoas no seu cotidiano miserável.

Quanto a vulnerabilidade infere-se que determinados processos sociais conduzem a um evento potencialmente adverso, uma incapacidade de resposta e a uma inadequada adaptação das pessoas a uma situação. Tal vulnerabilidade pode decorrer de exclusão social e da dificuldade de acesso a mecanismos básicos para a sobrevivência.

Para Melo (2005), a noção de vulnerabilidade é particularmente útil porque exprime várias situações: identificar grupos que estão em situação de risco social, grupos que devido a padrões comuns de conduta têm probabilidade de sofrer algum evento danoso, identifica grupos que compartilham algum atributo comum e por isso são mais propensos a problemas similares.

Considerando essa noção de vulnerabilidade, pode-se depreender-se que as mulheres das classes subalternas estão mais propensas a situações de exclusão social e pobreza, pois a elas são reservados os piores postos de trabalho, menor remuneração e ainda são vinculadas ao mercado da informalidade, sem acesso a direitos trabalhistas.

O Programa Mulheres Mil nasce numa conjuntura em que a influência exercida pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial nas políticas de qualificação profissional evidencia que a abertura de linhas de financiamento voltadas para programas de alívio à pobreza são indicadores da tentativa do Banco Mundial de construir novas bases de legitimidade, atenuando as críticas aos programas de ajuste estrutural para proteger-se das evidências da degradação ambiental e dos efeitos de suas políticas no crescimento internacional da pobreza e da exclusão. Ou seja, a recente ênfase no combate à pobreza tem um caráter também instrumental em que os programas sociais visam garantir o suporte político e a funcionalidade econômica, necessários ao novo padrão de acumulação baseado no neoliberalismo (SOARES, 1998).

No que tange a educação profissional, as diretrizes do Banco Mundial indicam o estreitamento de laços do ensino com o setor produtivo, fomentando os vínculos entre setor público e setor privado como estratégia de base para a meta de qualidade e eficiência no treinamento profissional (SHIROMA et al, 2002). Nesse sentido, a prioridade para a educação está em formar trabalhadores adaptáveis atendendo à demanda da economia o que significa produzir qualificações que atendam às demandas capitalistas.

Nesse contexto, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu texto oficial promovem mecanismos para a promoção do acesso das populações tradicionalmente afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação gerados nos Institutos. Em 2009, a SETEC expandiu o Programa Mulheres Mil, visando transformá-lo em uma política pública a ser implementada em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do país.

No início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM). Assim, o Programa Mulheres Mil passa a ser estruturado em três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável – e busca possibilitar o acesso, com exclusividade, de mulheres historicamente em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade à educação profissional e tecnológica. É contemplado pelas ações previstas na meta de erradicação da pobreza extrema, estabelecida no Plano Brasil Sem Miséria e constante

no Plano Plurianual(PPA 2012/2015) e também no III Plano Nacional de Políticas para asMulheres do Governo Federal. (BRASIL, 2014).

A integração do Programa Mulheres Mil ao Pronatec modificou a forma de repasse dos recursos, antes previstos na Lei Orçamentária Anual. A definição dos cursos e o encaminhamento das mulheres para esses cursos passou a ser realizado pelas Secretarias demandantes, no caso, as Secretarias Municipais de Assistência Social.

O Programa Mulheres Mil, desenvolvido no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), campus Timon vislumbra uma qualificação profissional e estímulo à educação formal de mulheres em situação de vulnerabilidade social, possibilitando o acesso à Educação Profissional e Tecnológica e articulando mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho.

Portanto, ao se refletir sobre esta pretensão, presente em seu texto oficial, é necessário problematizar a concepção do acesso de mulheres, em situação de vulnerabilidade, à educação e ao mundo do trabalho. A questão é se tais concepções referem-se a uma possibilidade de emancipação humana ou concorrem para reforçar o a inserção no mundo do trabalho sob o comando do capital.

Logo, há de se pensar elementos de análise sobre o Trabalho e a Educação, dentre eles, empreenderemos uma discussão sobre a politecnicidade, a onilateralidade e práxis na proposiçãomarxiana.

2. A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PROPOSIÇÃO MARXIANA

A proposta de formação politécnica de Marx considera o contexto capitalista em que os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para sobreviver e a dinâmica produtiva da polivalência da força de trabalho imposta aos trabalhadores. Assim, a referida proposta parte dos elementos da realidade para revira-la a favor dos trabalhadores. Nesse contexto, a polivalência não é considerada apenas como treinamento para atuação em diversos setores produtivos, mas como um processo de formação pautada nos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos e do treinamento corporal.

De acordo com Saviani (2007), no contexto da pós-Revolução Industrial evidencia-se uma separação ressignificada entre Trabalho e Educação. A máquina torna-se o trabalho intelectual materializado, por meio do qual ocorre a mecanização do trabalho intelectual materializado, por meio do qual ocorre a mecanização do trabalho manual. Ambos possuem caráter de trabalho abstrato. Como desdobramento, a escola tornou-se forma principal e dominante de educação, voltada para atender as demandas do mundo da produção. Assim, mantêm-se a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual transvertido em escola de formação geral e a escola profissionalizante, como dois caminhos possíveis a partir de uma escola primária comum. É a generalização da escola básica como advento do capitalismo. Essa é a explicação histórica da separação trabalho e educação, que culmina no reestabelecimento de vínculo no âmbito da sociedade burguesa do ponto de vista instrumental.

A partir dessa discussão, Saviani postula uma articulação entre teoria e prática como mediação para a relação trabalho e educação, ou seja, o ensino nesse estágio deve aliar conhecimento teórico à experiência prática tendo em vista não a especialização técnica, mas o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas na produção.

Assim, para Saviani (2007), a politecnicidade trata-se da união entre formação intelectual e trabalho produtivo. Significa especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna.

Trata-se de construir uma relação entre o conhecimento e a prática do trabalho, mostrando como a ciência se transforma em potencial material no processo de produção, o que remete o ensino a propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas e não o adestramento em técnicas produtivas.

Nesse sentido, entendemos que os cursos de qualificação oferecidos pelo Programa Mulheres Mil, se repensado numa abordagem politécnica, que consiste em um tipo de formação do indivíduo trabalhador no âmbito da produção capitalista e como formação necessária para todos, poderá favorecer a ruptura com as relações de trabalho alienado em que os cursos exercem uma função adestradora de habilidades sem o conhecimento dos seus fundamentos e sua articulação com o processo produtivo.

Observa-se na realidade empírica investigada que os cursos oferecidos pelo Programa são organizados com disciplinas da base comum (português, matemática, higiene e segurança

no trabalho, empreendedorismo, ética, noções de informática e atividades institucionais) e disciplinas específicas, que se referem às particularidades de cada curso ofertado atendendo aos interesses do mercado sem considerar a formação politécnica. Para Marx (1985), politécnia é a articulação entre teoria e prática, formação integral na perspectiva de educação que ultrapassa os momentos formais do trabalho abstrato e das instituições de educação.

De acordo com Sousa Júnior (2010), as propostas para a educação nascem a partir de um objetivo fundamental, o de revolucionar as relações burguesas e construir as condições materiais que possam permitir o livre desenvolvimento do homem enquanto tal, como ser não alienado e dotado de uma formação verdadeiramente humana, onilateral. No entanto, para isso, tais propostas devem partir da realidade concreta, a qual é marcada pela exploração brutal, inclusive das crianças e mulheres trabalhadoras, por processos de trabalho extremamente divididos e especializados que prejudicam sensivelmente as classes trabalhadoras física, mental e moralmente. Diante de uma situação real tão adversa, é preciso encontrar o melhor meio real e não fictício para a formação dos trabalhadores e contribuir da maneira mais eficiente para a sua construção enquanto sujeito social potencialmente revolucionário.

Vale ressaltar que se entende por onilateralidade uma formação de caráter mais amplo, que depende das relações não alienadas entre o homem e a natureza em que se estabelece uma ruptura com as relações capitalistas e a construção de uma sociedade livre num contexto de trabalho coletivo e não estranhado. Nesta mesma direção, Marx acreditava na necessidade de transformação da sociedade. O Trabalho seria a mediação para essa mudança, uma vez que por meio dele ocorre a sociabilidade humana em diversas dimensões da vida, ou seja, [...] não se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas a produção de todas as dimensões da vida humana (FRIGOTTO, 2010, p. 27).

Diante do exposto e subsidiado por análise documental do Programa Mulheres Mil, vimos uma lacuna nos cursos de formação profissional oferecidos pelo Programa por apresentarem conteúdo dissociado da prática, da visão holística da realidade e implicações do recrudescimento dos postos de trabalho. A flexibilização do mercado de trabalho e a precarização das relações de trabalho se expressam fortemente para o segmento feminino, pois as mulheres estão inseridas em empregos de tempo parcial que podem ser compatibilizados como os trabalhos domésticos e, como mão de obra secundária aceitam

salários inferiores, até porque, em face do aumento do desemprego seriam provavelmente as primeiras a serem dispensadas.

Por outro lado apenas a formação politécnica não se caracteriza como suficiente no programa de educação proposto por Marx embora vinculado ao mundo do trabalho e à instituição escolar se faz necessário, segundo Sousa Júnior (2007) que os educadores percebam que uma vez reduzida a estes aspectos a concepção marxiana de educação perderia seu vigor, o qual reside justamente na tentativa de articular as várias dimensões da práxis no cotidiano proletário como um amplo processo formador: escola, trabalho, auto-formação política nas organizações de classe, nos movimentos sociais e no tempo de não trabalho.

Nesse sentido, apolitecna, portanto, está longe de formar o homem onilateral, pois ela está ligada a uma etapa da sociedade humana em que está dada a impossibilidade do surgimento e da existência de um homem amplamente desenvolvido. Os conceitos de Politecna e onilateralidade se distinguem basicamente por ser o primeiro uma formação que se atinge sem que seja necessário revolucionar o conjunto das relações sociais. Apenas por um determinado tipo de instrução, por um determinado tipo de formação ou organização dos processos produtivos é possível atingir uma formação politécnica rica; justamente porque ela não precisa romper com o sistema do capital, porque não se constrói a partir do conjunto das relações sociais transformadas; por consistir de um conteúdo limitado que diz respeito a questões específicas dos processos produtivos. Por fim, a politecna não é proposta exclusiva dos proletários, muito ao contrário, ela nasce da necessidade objetiva da moderna produção capitalista. A forma como é elaborada pelos proletários, no entanto, é extremamente distinta da elaboração burguesa, distinção que se faz pelas propostas mesmas, mas, sobretudo, pelos princípios que as orientam e pelos fins a atingir. (SOUSA JÚNIOR, 2010).

Por outro lado, politecna e onilateralidade se encontram, pois a primeira é a formação de saberes necessários à sobrevivência no mundo capitalista a partir do mundo do trabalho e da escola e a onilateralidade consiste na formação integral do indivíduo a partir da superação do trabalho alienado e o alcance de uma formação humana.

Mais que contribuir com o debate sobre a politecna e onilateralidade para a formação do ser social, a perspectiva marxiana de educação tem como princípio fundamental a práxis como articulação da teoria e ação na perspectiva da superação do modo capitalista, ultrapassa

os momentos do trabalho abstrato e da educação formal. Ela é, acima de tudo, práxis transformadora cotidiana, ação concreta de transformação do ser social.

Lukács distingue trabalho e práxis didaticamente. Práxis é a transformação do homem, trabalho é a transformação da natureza. O trabalho é instrumental, objetivo. O sujeito lida com uma dimensão objetiva, uma dimensão do conhecimento, enquanto que na práxis lida-se com a consciência dos sujeitos.

Nem toda práxis é revolucionária, ou seja, também se apresenta na sociedade capitalista com uma utilitária que proporciona uma visão prática da realidade imediata, redução do objeto para obter necessariamente êxito imediato.

Percebe-se este caráter utilitário nos cursos oferecidos no Programa Mulheres Mil na medida em que as beneficiárias entendem seu ingresso no Programa para suprir necessidades imediatas, tais como, o recebimento de uma bolsa formação e a possibilidade de encontrar qualquer tipo de trabalho que contribua com a sua renda para subsistência não considerando o trabalho estranhado e as relações de dominação do capital. Assim, Kosik (1995) aponta que a práxis compreende o processo para além da operacionalidade – esse é o desafio.

O mundo da pseudoconcretividade é sustentado pela práxis cotidiana, utilitária, instrumental enquanto que a práxis revolucionária compreende e transforma a realidade, funde a finalidade (intenções) com a causalidade (barreiras que a realidade impõe ao objeto). Assim, transformar, abarcar os conflitos criando novas subjetividades, essa é a função da práxis. Nesse sentido, Sousa Jr. pensa a relação entre práxis e educação como processo abrangente, que envolve outros espaços sociais para além da educação formal, ou seja, da escola. Para ele, “a educação formal é uma estrutura que, ainda que contraditória, em última instância, pertence ao metabolismo social do capital e contribui para com os processos de interiorização dominante” (SOUSA JR, 2010, p, 30).

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou refletir sobre a inclusão social e produtiva da mulher proposta no Programa Mulheres Mil, enquanto uma ação instituída no campo da educação, regulamentada em cenário de ênfase nas políticas públicas, econômicas e sociais, demarcadas

por uma conjuntura política brasileira de ensaio novo desenvolvimentista. Questionou-se se os cursos oferecidos às beneficiárias referem-se a uma possibilidade de emancipação humana ou concorrem para reforçar o tradicional papel ocupado pelas mulheres no mundo do trabalho.

Logo, para se pensar elementos de análise sobre o Trabalho e a Educação empreendemos uma discussão sobre a politecnicidade, a onilateralidade e práxis na proposição marxiana.

Nesse sentido, entendemos que os cursos de qualificação oferecidos pelo Programa Mulheres Mil, se repensado numa abordagem politécnica, que consiste em um tipo de formação do indivíduo trabalhador no âmbito da produção capitalista e como formação necessária para todos, poderá favorecer a ruptura com as relações de trabalho alienado em que os cursos exercem uma função adestradora de habilidades sem o conhecimento dos seus fundamentos e sua articulação com o processo produtivo.

Vale ressaltar que se entende por onilateralidade uma formação de caráter mais amplo, que depende das relações não alienadas entre o homem e a natureza em que se estabelece uma ruptura com as relações capitalistas e a construção de uma sociedade livre num contexto de trabalho coletivo e não estranhado. Nesta mesma direção, Marx acreditava na necessidade de transformação da sociedade. O Trabalho seria a mediação para essa mudança, uma vez que por meio dele ocorre a sociabilidade humana em diversas dimensões da vida, ou seja, [...] não se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas a produção de todas as dimensões da vida humana (FRIGOTTO, 2010, p. 27).

Nas discussões deste estudo considera-se a práxis como um conceito que está na base da formação humana, sendo o trabalho uma modalidade da práxis. A práxis é essencialmente atividade, é a transformação do sujeito, envolve todo um processo de relação do homem com o mundo exterior, compreender o processo para além da operacionalidade.

É oportuno destacar que a ação do Programa Mulheres Mil, no que concerne à capacitação profissional, se insere numa perspectiva tradicional, compensatória e paliativa, visto que a qualificação, por si só, não garante a transformação da realidade dessas mulheres que se caracteriza como complexa permeada por desempregos crescentes e/ou empregos precarizados. Se faz necessário um processo de formação para além das demandas da produção. Como aponta Sousa Júnior (2015)

que favoreça a elevação ou transformação do sujeito social potencialmente revolucionário em sujeito social efetivamente revolucionário, isto é, elevar o proletariado e, as demais classes sociais exploradas, do estágio de classe me si a classe para si (p.68).

A natureza ideológica do Programa é aqui contraposta a uma perspectiva educacional mais ampla, uma vez que, as contribuições da politecnicidade, da onilateralidade e da práxis revelam que enquanto as beneficiárias do Programa Mulheres Mil não perceberem o modelo de instrução vigente para a classe trabalhadora feminina, a afirmação de políticas sociais no Brasil continuará a disposição para que o capital se materialize na vulnerabilidade do trabalho, em que esse capital é incapaz de incluir a coletividade dos despojados, criando formas degradantes de inclusão no mundo do trabalho. Assim, Kosik (1995) aponta que a práxis compreende o processo para além da operacionalidade – esse é o desafio, uma vez que, a práxis revolucionária compreende e transforma a realidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimento: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014. 216 p.
- BEHRING, Elaine, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Mulheres Mil – Educação, cidadania e desenvolvimento sustentável: um modelo de acesso**. Brasília, 2008.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Mulheres Mil na Rede Federal: Caminhos e da Inclusão**. Brasília, 2011.
- _____. Diário Oficial da União. **Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011 do Ministério da Educação. Seção 1, nº 140 de 22/07/2011**. Disponível em: www.in.gov.br. Acesso em 20 de maio de 2015.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e êxito**. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso 25/06/2015.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Pronatec Brasil Sem Miséria – Mulheres Mil**. 2014.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K. e ENGELS F. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, D. A. (Org.). **O Manifesto do Partido Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Perseu Abramo, 1998, pp. 07-41.

NEVES, Maria Lúcia Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Trabalho encomendado pelo GT – Trabalho e educação. **29ª. Reunião anual da ANPED**, Caxambu 2006.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulher e Política; gênero e feminismo no partido dos trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOUSA Jr. J. de. **Marx e a crítica da educação** – da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. Aparecida-SP: Ideias& Letras, 2010.

_____. O Princípio educativo da práxis: atualizando o debate teórico da relação trabalho e educação. In: BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. (orgs.). **Realidades da Educação Profissional no Brasil**. Campinas: Alínea, 2015.

_____. Educação, trabalho e práxis: uma contribuição ao debate brasileiro sobre a politecnia. In: MENEZES NETO, A. J. , CUNHA, D. M. et. al. (Orgs.). **Trabalho, política e formação humana: Interloquções com Marx e Gramsci**. São Paulo: Xamã, 2009, pp. 99-114.

KOSIK. K. **Dialética do concreto**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 217-227.